

NOVOS RUMOS DA PASTORAL POPULAR

Claudio Perani

(Publicado originalmente nos *Cadernos do CEAS* n.º 107, jan.-fev. 1987, p. 37-46.)

É freqüente, neste período de transição política, ouvir de vários lados que se esgotou um caminho da pastoral popular e que é necessário inovar, procurar outros modelos. Isto, aliás já está sendo ensaiado, repetindo esquemas velhos ou experimentando novas aberturas.

Nos últimos anos, apareceram vários estudos procurando dar conta da transformação, da igreja nas décadas mais recentes e de sua influência na caminhada da libertação.

Desejo dar minha contribuição refletindo sobre algumas questões debatidas hoje no âmbito da pastoral popular, sem pretensão de indicar soluções e assumindo a visão limitada de uma análise mais localizada na região nordestina e influenciada pela dinâmica da pastoral popular neste espaço geográfico. A complexidade e diversidade de situações é tão grande, no Brasil, que é muito difícil poder colocar orientações gerais. É fundamental avaliar cada situação na sua especificidade para poder concluir sugestões para uma prática concreta. Tento aqui levantar algumas questões que deverão ser aprofundadas, sem deixar de dar uma opinião pessoal.

1. HISTÓRIA DAS CEBs

Em julho de 1986, realizou-se em Trindade (GO) o 6.º *Encontro Intereclesial de CEBs*, contando com a participação de 1647 pessoas, 742 das quais eram representantes da base. Só o número dos presentes é indicativo do crescimento das CEBs. A problemática tratada - o jeito novo de toda a Igreja ser; a luta pela nova sociedade; terra de Deus, terra de irmãos - mostra o avanço na renovação da igreja e na contribuição para uma mudança política.

É necessário, porém, visitar as comunidades em seu trabalho cotidiano para poder avaliar melhor sua consistência atual e suas dificuldades. Aí, em vários lugares, ouve-se com freqüência a palavra **crise**. Penso tratar-se de uma crise de crescimento. Diante da caminhada percorrida e dos desafios da nova conjuntura, o modelo de pastoral até então utilizado não dá mais conta do recado: deve ser repensado e atualizado.

Vou apresentar uma situação idealizada, juntando diferentes experiências nordestinas de CEBs, sobretudo do interior.

Faz 10 a 15 anos que surgiram grupos de cristãos, nas roças, nos pequenos povoados, nas periferias das cidades, que se reuniam para rezar, comentar a bíblia, colocar em comum suas vidas. Surgiram a partir do interesse pela Palavra de Deus ou motivados por situações de conflitos, como a necessidade de se defender da grilagem. Tais iniciativas significaram uma descentralização da igreja em sentido geográfico e social. Aumentou o número das pessoas comprometidas, formou-se um grupo de animadores, desenvolveu-se uma prática religiosa muito comprometida com ações concretas, no nível sócio-político, envolvendo um círculo maior de pessoas. Tudo, porém, centrado na Comunidade Eclesial de Base.

Aumentando as lutas, membros das CEBs de diversos lugares passaram a atuar também em outras instituições, entrando em contato com sindicatos, associações de bairro, partidos etc. Na maioria dos casos, foi desenvolvido todo um trabalho de "oposição", para tentar transformar (ou criar novos) sindicatos e associações, que dessem uma maior ênfase às práticas cotidianas e à democracia de base. Muitos animadores tornaram-se dirigentes destas organizações sindicais. Setores das CEBs e das pastorais populares simpatizaram, na maioria dos casos, com a Central Única dos Trabalhadores. Mais tarde, sobretudo por ocasião das eleições de 1982 e de 1986, entrou a preocupação com o partido, manifestando-se um apoio mais direto ao Partido dos Trabalhadores e a candidaturas mais populares. Se, depois de 1982, o envolvimento partidário sofreu um certo recuo, já na campanha pela Constituinte setores de pastoral se comprometeram diretamente, lançando seus candidatos.

Estamos diante de um crescimento das CEBs, que possibilitou a abertura para um trabalho mais político. Este, por sua vez, cria para as CEBs uma nova situação, dentro da qual aparece a palavra **crise**, no sentido de fase de transição, com a necessidade de rever certas orientações e práticas que antes deram certo, mas que agora não dão mais conta da nova complexidade. Nesta situação os caminhos se diversificam: umas CEBs insistem mais na prática bíblico-religiosa, outras abrem mais ainda para outras formas de luta. Se o rumo fundamental da opção pelos pobres, da participação dos setores populares e da solidariedade com suas lutas está traçado, nos passos concretos a serem dados percebem-se, às vezes, incertezas e mal-estar.

Também a conjuntura política de transição ou de "abertura" cria uma nova situação para a pastoral popular. Continua, substancialmente, o mesmo modelo econômico, com reajustes a nível político, procurando favorecer uma democracia formal.

Os canais políticos da sociedade civil aparecem mais claramente. Modifica-se a política de intervenção do Estado, que, sem abandonar seu braço autoritário, tenta incorporar metodologias populistas e desenvolve políticas econômicas e sociais com o objetivo implícito de esvaziar a resistência popular.

Com a abertura partidária e o projeto da Constituinte, toma novo vigor o caminho parlamentar.

A própria autoridade eclesiástica intervém mais explicitamente através de Campanhas - pela Reforma Agrária, pela Constituinte - orientando e mobilizando suas bases. A propósito da Constituinte, alguns falaram de momento de convergência de forças cristãs.

Por essa nova conjuntura e pelo caminho andado pela pastoral popular, podemos falar, também, de uma **Transição Pastoral** que dura já alguns anos. Parece que se esgotou um caminho e que seja necessário abrir outros. A dificuldade está em conseguir inovar a partir da experiência adquirida, seja a nível interno de renovação eclesial, seja a nível de contribuição na luta mais ampla do movimento popular. Para refletir sobre isso, é necessário ver melhor quais os impasses que existem.

2. QUESTÕES EMERGENTES

2.1. Esvaziamento das CEBs

É difícil poder fazer uma apreciação em termos numéricos. Desde o início, apesar de seu desenvolvimento, as CEBs atingiram apenas pequenos grupos. Em sua história, a participação de seus membros sofreu oscilações. Nos últimos anos, em vários lugares constatamos um certo descenso. Podemos considerá-lo fenômeno passageiro normal ou está ligado a causas que seria importante analisar?

Certamente, a nova situação tem sua influência. O avanço da consciência e das lutas leva muitos membros para outras atividades políticas, fato que pode ser considerado positivo, mas que coloca o problema de como as CEBs vão renovando suas forças e continuam dando sua contribuição específica. Muitos, ao contrário, saíram - ou não entram - por não aceitarem determinadas lutas ou considerarem enfraquecido o aspecto religioso. Pode ser a fuga diante de um compromisso maior, mas também pode ser resultado de certo fechamento ou de certo "radicalismo" partidário da comunidade eclesial.

Devemos lembrar que as CEBs, apesar de serem as que mais têm contato com a massa dos despossuídos, sempre tiveram dificuldade para aproximar-se daqueles - não são poucos - que estão no último degrau da sociedade, populações marginalizadas de tudo, carentes, indigentes. São os bóias-frias, os diferentes peões, os biscateiros, as lavadeiras, os limpadores de rua, os lixeiros, os operários não qualificados, os que convivem com o desemprego...

Neste ponto fica levantada uma grande questão: deve-se privilegiar uma elitização da pastoral popular ou favorecer a capacidade de abrir-se mais às massas? Entendo o "abrir-se mais às massas" não tanto como uma questão numérica (trabalho com poucos ou com muitos), e sim no sentido de conseguir se relacionar com a linguagem e os problemas do dia-a-dia da massa dos trabalhadores. Isso vale tanto para os agentes como para os participantes populares das CEBs, pois não do poucos aqueles que, por sua consciência, linguagem, tipos de engajamento, acabam se distanciando da maioria do povo. Parece até contraditório pôr este problema no momento em que as CEBs adquirem maior consciência política. Mas temos constatado muitas vezes como determinados engajamentos - em particular as campanhas eleitorais - conseguem desarticular uma organização mais ampla, mais consistente e mais a longo prazo.

2.2. As Lideranças

Aqui se levantam dois problemas. O primeiro foi bem focalizado no encontro de Trindade: *Como guardar a ligação entre o povo das CEBs e os militantes na política partidária?* Mais em geral, trata-se de reconhecer as novas necessidades, em termos de fé e de engajamento, dos animadores que se comprometeram em outras frentes de luta (sindicais, partidárias. etc). Evidentemente, não poderio dispor do mesmo tempo para a comunidade nem terão os mesmos problemas e exigências. Qual o espaço de celebração litúrgica e de reflexão que a comunidade pode-lhes oferecer? Como está sendo valorizado o engajamento dos leigos na política e qual o apoio que a comunidade deve continuar a dar?

O segundo problema refere-se ao distanciamento que se criou, nesta caminhada, entre muitos animadores e os outros membros da comunidade. Ligado a isto, existe o problema do revezamento dos animadores. Em vários lugares, as lideranças são as mesmas: coordenador da comunidade, dirigente sindical, militante político, sempre a mesma pessoa. Na medida em que tais lideranças entram em outras organizações, muitas delas de nível nacional, afastam-se de suas bases, em todos os sentidos, também culturalmente. Saem do lugar para um congresso ou um treinamento e voltam com uma linguagem e uma perspectiva dificilmente compreensível pelos companheiros. Como atender às exigências da formação das lideranças, sem provocar este distanciamento?

O que caracterizou a intervenção da igreja no setor popular foi uma estratégia de "democracia de base", valorizando o saber popular e a importância do cotidiano como ponto de partida. Nesta perspectiva, a pastoral popular sempre procurou incentivar lutas possíveis, imediatas e cotidianas.

Foram estas lutas que conseguiram dar maior consistência ao movimento popular mais amplo. Na medida em que atingem níveis maiores de articulação e utilizam canais mais institucionais, fica o problema de como guardar o peso político das lutas cotidianas, sem esvaziar a organização neste nível que representa o efetivo poder popular mais amplo na conjuntura.

2.3. O Controle da Hierarquia

As diferentes pastorais populares, em particular as CEBs, sempre tiveram apoio direto de alguns bispos e, através de documentos oficiais, desde a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil até a voz autorizada do Papa. É só lembrar que no encontro de Trindade estavam presentes 51 bispos.

Nem tudo, porém, é tranquilo. Na nova conjuntura algo está mudando. Começam a existir casos - embora poucos - de intervenção direta reprimindo as comunidades.

Alguns bispos manifestam preocupações. Segundo as palavras de Dom Amaury Castanho, que participou do Encontro de Trindade, *este confirmou que o ponto fraco das CEBs no Brasil é a eclesialidade. (...) A eclesialidade exige, por parte das CEBs, adesão incondicional à Palavra de Deus, celebração freqüente da Eucaristia e comunhão efetiva com os pastores da Igreja. O mais não parece tão importante. Pois é nesses três pontos que as falhas e limitações das CEBs, pelo menos a julgar pelo 6.º Encontro de Trindade, vieram à tona.* (JB 19.09.86)

A problemática política, em particular, suscita um conflito entre a hierarquia e as bases. Já no Encontro das CEBs de Itaici (1981) se reconhecia como problemática a questão dos partidos. A orientação da hierarquia não é de fácil compreensão e aceitação. Na campanha pela Constituinte, pedia uma contribuição concreta para a elaboração da nova Constituição, e, por outro lado, exigia uma posição supra-partidária da igreja.

Por último, devemos lembrar a conjuntura eclesial universal, na qual setores da igreja européia e da igreja latino-americana, através da justificativa anti-marxista, de fato estão conduzindo uma campanha contra a igreja popular latino-americana. É verdade que os

mais atingidos são os teólogos e os agentes (só lembrar o "caso Boff"), mas não deixa de haver conseqüências também para as bases.

Sintetizando, podemos dizer que existe hoje entre os bispos uma preocupação com a pastoral popular, desejando a hierarquia estar mais presente e acompanhar. Preocupação legítima e importante na medida em que revele um desígnio de serviço e apoio, e não um desígnio de controle.

2.4. Padres e leigos

Sempre foi de tensão a relação entre padres e leigos engajados dentro da igreja. Basta lembrar, antigamente, as Irmandades leigas e, mais recentemente, a Ação Católica. Durante o início e o crescimento das CEBs, apesar da grande presença dos padres, a relação padres-leigos ficou em segundo plano, aparecendo mais a comunidade como um todo, com suas celebrações, suas lutas, suas dificuldades.

Na fase da "abertura" política, a problemática dos leigos volta à tona, revelando questões não bem equacionadas. Em primeiro lugar, a hierarquia apela para um maior compromisso dos leigos, sobretudo nos âmbitos sócio-políticos, certamente para resguardar a função mais religiosa da igreja. Se é importante reconhecer a responsabilidade e a autonomia dos leigos no campo político, deve-se também alertar contra o perigo de uma volta da comunidade a uma função mais religiosa (culto, catequese etc), como se a dimensão política de seu trabalho fosse unicamente supletiva e não um aspecto intrínseco à sua missão.

Em segundo lugar, a nova conjuntura, pelo crescimento dos animadores e pela abertura de outros espaços, revela mais facilmente o poder dos padres e a dependência dos leigos. Muitos destes, sobretudo quando se engajam na atividade política, subtraindo-se mais do controle dos padres, encontram dificuldades ou se queixam do abandono pela comunidade.

Não pode faltar a tensão fê-política, vivida de maneira diferente em cada conjuntura. Mais atualmente, isso tem acarretado uma dificuldade para definir a relação entre CEBs e Partidos. No encontro de Trindade, afirma-se explicitamente que *as CEBs precisam chegar a uma definição mais clara na questão partidária*. Há, de um lado, a preocupação com um possível fechamento da igreja. O princípio, muitas vezes afirmado na atual conjuntura, da legítima autonomia dos movimentos sociais e políticos, que tem sua razão de ser, pode prestar-se para uma omissão da igreja, particularmente quando retira o apoio a movimentos populares ainda frágeis e sem infraestrutura. Tal fechamento pode provir também de setores progressistas. Ana Maria Doimo levanta a hipótese de que *as novas diretrizes dos setores progressistas para o trabalho pastoral, em 1979, foram, em grande medida, responsáveis pelo descenso geral dos movimentos urbanos de caráter amplo e massivo no Brasil nos anos 80-82*.

Do outro lado, a tendência oposta leva a comprometer-se sempre mais politicamente como igreja, inclusive apoiando explicitamente determinadas correntes sindicais e partidos; no caso, CUT e PT. Algumas vozes, às vezes bem oficiais, levantam o desejo de a igreja apresentar seu projeto político próprio, investindo com seu poder e sua influência para dar uma direção hegemônica ao movimento popular, evidentemente, no

intuito de organizar melhor as classes populares. Parece difícil conciliar isso com a perspectiva evangélica. É diferente o caso de membros das comunidades que se unem para pensar um projeto político próprio. Desfrutam da sua legítima autonomia e poderão ser apoiados ou criticados pela pastoral, como outros grupos, a partir da coerência de seu trabalho em favor das classes populares. Contudo, há sempre o risco de se aproveitar do poder da estrutura eclesial, envolvendo-a em opções mais particulares, que não se justificam unicamente pela fé.

Outro caso é quando a organização pastoral enquanto tal opta por uma escolha política particular, ou atuando como tendência ou quase-partido, ou apoiando diretamente um partido. Esse segundo caso pode ser inevitável e necessário em determinadas conjunturas ou em determinados lugares onde os posicionamentos políticos são bem claros e definidos de um lado e do outro.

Em certos lugares, as CEBs tentam impor sua hegemonia em todas as atividades sócio-políticas nas quais se envolvem, simplesmente eliminando o E de Eclesial. Pessoas das CEBs atuam em organizações não pastorais com o mesmo ritual e o mesmo conteúdo dos ambientes de igreja. Em outros lugares, há uma instrumentalização político-partidária de espaços eclesiais como encontros de culto, reuniões de CEBs etc. Existe ainda o caso de movimentos de pastoral que elaboram e encaminham seu programa político sem qualquer comunicação e discussão com a comunidade eclesial. Alegam que, nesse assunto, não dependem da igreja; ao mesmo tempo, porém, por serem movimento pastoral, pretendem que a igreja reconheça, legitime e incorpore a sua atuação.

Toda essa problemática introduz na pastoral popular tensões e divisões antes desconhecidas, fruto da complexidade da nova conjuntura. Antes, o inimigo bem visível, a estratégia mais de defesa e de denúncia e as iniciativas em cima de lutas concretas tornavam mais fácil, "relativamente", a concordância e a unidade das forças da pastoral popular. Hoje, quando a situação é mais complexa e diversificada e há necessidade de repensar caminhos, o problema da unidade pastoral torna-se mais difícil e deve ser equacionado de maneira diferente.

2.5. Posicionamento contra as Esquerdas

Apesar das divergências internas à pastoral, o que mais freqüentemente aparece é uma polarização entre partidos, movimentos e correntes políticas, de um lado, e, do outro, a pastoral popular. Isso leva necessariamente a um sectarismo face aos grupos de esquerda, colocando a orientação boa do lado da pastoral e as críticas do lado das "tendências" de esquerda. Outra consequência é a quase inevitável transformação da pastoral numa "tendência alternativa", o que na prática está aparecendo sempre mais.

Não se nega o fundamento de muitas críticas que podem ser feitas aos grupos de esquerda e às experiências negativas de membros da pastoral em contato com eles. Isso, contudo, não pode justificar uma polarização tão definitiva. É um dos pontos que deve ser questionado. É fundamental manter uma postura de permanente reflexão crítica sobre a atuação dos grupos de esquerda e da própria pastoral - seus pontos de vista, as consequências da sua prática.

3. REPENSANDO OS CAMINHOS

3.1. Algumas Premissas Teológico-Pastorais

O problema de fundo é o antigo e sempre atual da relação fé-política. Refiro-me à política enquanto construção da sociedade. Existe entre os dois pólos uma tensão que não pode - nem deve - ser eliminada, mas é necessário aprofundá-la e esclarecê-la sempre mais.

Ultimamente, na teoria e na prática, o esforço da pastoral foi no sentido de mostrar a relação intrínseca entre fé e política, com resultados muito importantes que não devem ser abandonados.

Numa outra ocasião, apresentei a tensão fé-política através do binômio serviço-poder. São conceitos limitados e que se prestam a equívocos. É claro que podemos pensar o **poder** como serviço à sociedade toda, e que o **serviço** pode ter aspectos de poder. Desejo retomar a reflexão para aprofundar a dialética entre fé e política.

Não podemos negar a diferença entre fé e política. Não somente porque a primeira inclui uma perspectiva que transcende nossa história, enquanto a segunda se interessa somente com a organização da sociedade terrestre, mas também porque - exatamente a partir desses diferentes níveis - se trata de **duas lógicas diferentes**. A lógica da **política** é uma lógica do poder, da eficácia, da identidade clara, da definição de projetos e programas. A lógica da **fé** é a lógica da fraqueza, do escândalo, da perda da identidade, da entrega gratuita. O cristão vive uma inevitável tensão entre identidade e envolvimento. Deve **afirmar** sua vida e, ao mesmo tempo, **entregá-la**. Quem perder sua vida salva-la-á, afirma o evangelho. Uma dialética pouco compreensível e difícil e que vai além do político propriamente dito. Pode ser entendida no sentido de uma gratuidade radical na relação com os irmãos. Para isso é necessário ser "outro" com os outros, envolver-se com a situação e os sofrimentos dos outros, aceitando até "perder" a própria identidade. Significa que pode ficar na sombra também a referência explícita à fé cristã, a visibilidade eclesial, para poder entrar melhor em contato com os irmãos e prestar-lhes um maior serviço segundo as necessidades deles.

Tal dialética da fé, que vive a inevitável tensão entre envolvimento e identidade, atinge a comunidade toda na sua eclesialidade e deve orientar a pastoral. A comunidade pastoral, para ser tal, deve afirmar sua identidade de comunidade cristã e, ao mesmo tempo, envolver-se com os pobres aceitando um certo "desaparecimento". Tal perspectiva foi muito bem apontada no documento da *Catequese Renovada*, ao considerar o itinerário das Comunidades Eclesiais de Base, ainda que se tenha limitado a falar dos membros da comunidade. *É o momento em que assumem (os membros) tarefas sindicais, políticas, empresariais, "diluindo-se" no meio dos homens, como o sal na água. Nem por isso deixam de pertencer à comunidade e de participar de sua vida. Mas o fato de não mais se ver o "sal" gera inquietação em alguns cristãos mais preocupados com a vida interna da igreja. (...) Nesse momento, a comunidade participa do processo de libertação do povo. Ela sabe que a transformação da sociedade não é tarefa exclusiva dos movimentos comunitários eclesiais. Sente o dever de colaborar com movimentos populares, como sindicatos, associações de bairro, partidos políticos etc. Os cristãos da comunidade entram em contato e colaboram com pessoas de outros*

credos e de outras ideologias. Confrontam-se com novos projetos e novas maneiras de agir (...).

Isso é dito dos cristãos. Penso que deve valer, em parte, também para a comunidade enquanto tal. Deve viver a tensão entre o manter e aprofundar sua própria identidade cristã, e o diluir-se no meio dos homens.

É evidente que a fé não é fato puramente interior ou individual, e sim exige uma **presença pública** dos crentes, como pessoas e como comunidade. A conotação política da fé é algo a ela intrínseco.

Para manter a dialética anteriormente esboçada, essa presença pública tem se apresentado sob diferentes formas ou tendências.

Uma primeira tendência pode ser caracterizada como eclesial, no sentido de a comunidade, em seu compromisso político, aparecer com uma visibilidade institucionalizada da fé. Parece ser esta a tendência priorizada pelo atual Pontífice, que insiste na contribuição política da igreja, mas a partir da fé, da religião, enquanto igreja.

Uma segunda pode ser caracterizada como **política**, no sentido de o movimento pastoral ou de cristãos, ficando bem definidos do ponto de vista da fé, procurarem assumir programas políticos mais concretos, chegando a confundir-se com determinadas tendências políticas ou a colocar-se em oposição a elas. Parece ser uma tendência que hoje existe em certos setores da pastoral do Brasil.

Uma terceira tendência é mais ecumênica, no sentido de dialogar com os outros, sobretudo com os pobres, não a partir de fora, de um modelo pré-estabelecido apoiado nos recursos da fé, mas a partir de dentro, operando conjuntamente, no mesmo nível, procurando os novos caminhos com as outras pessoas e os outros grupos. Nesse modelo, a comunidade de fé é mais um espaço de troca do que de decisão política e de articulação. Ela "desaparece" quando enfrenta a problemática política que é tarefa de todos os homens. Assume o risco de uma "aparente" ineficácia dos cristãos. Neste caminho ecumênico aparece não tanto uma igreja "para" os outros, quanto uma igreja "com" os outros.

As três tendências, na prática, existem misturadas. Em geral, o que acontece é a predominância de uma ou de outra, a depender das opções de cada comunidade. Pessoalmente, daria preferência à tendência da pastoral ecumênica. Parece, de um lado, permitir que se evite com maior facilidade o risco de deduzir da fé um projeto histórico; do outro, favorece melhor uma inserção de reforço ao movimento popular e à criatividade, de diálogo e colaboração com grupos e iniciativas não pastorais, bem como um caminho de solidariedade no nível humano, pressuposto fundamental para a pergunta da fé.

Orientado por estas reflexões, volto aos questionamentos levantados.

3.2. Pluralismo pastoral

O crescimento das CEBs e a nova conjuntura política exigem um repensamento da estrutura interna da pastoral popular. Tornando-se mais complexa a situação, a pastoral deve adaptar-se às novas exigências.

É importante, em primeiro lugar, mais do que antes, apesar de constatarmos o esforço maior por articulações nacionais, saber reconhecer as diferentes situações locais. É em cada situação que a grande maioria do povo cria e encaminha iniciativas que, em se fortalecendo, são capazes de se expressar em articulações mais amplas. E no concreto das situações locais que a questão do relacionamento com os movimentos políticos se coloca, justificando-se uma colaboração ou uma distinção a partir do modo como os movimentos políticos aí presentes se inscrevem e atuam nos movimentos populares.

Parece necessário rever a questão do pluralismo interno. Devemos reconhecer que existem, dentro da própria pastoral popular, diferentes pontos de vista e linhas de ação. Isso pode assustar, porque o caráter totalizante da fé desliza, facilmente, para o totalitarismo da verdade única. Por isso, também no âmbito pastoral é importante reconhecer e aceitar as diferentes formas de inserção no processo histórico para evitar discriminações perigosas.

Na mesma linha, devem ser diversificadas as estruturas e as funções internas da CEB, para respeitar e favorecer os vários níveis de consciência e as diversas formas de atividades. Uma coisa é o atendimento a pessoas recém chegadas na comunidade, outra a satisfação das necessidades dos mais antigos. As novas tarefas sindicais e partidárias de vários membros exigem tratamento específico que não deve abafar outros compromissos e necessidades.

É preocupante o fenômeno do esvaziamento e da elitização. A pastoral deveria procurar sempre ir ao encontro da massa, não no sentido numérico de preencher seus espaços, mas no sentido de abrir-se aos mais explorados da sociedade. Para isso são necessários espaços onde eles possam pensar e reforçar seus próprios caminhos de luta, o que nem sempre acontece nos canais políticos tradicionais, que habitualmente são mais elitizantes.

O problema das lideranças se insere neste contexto. É urgente revezar e ampliar o quadro dos animadores. As tarefas aumentaram e se diversificaram: deveria acontecer o mesmo com as lideranças. Como evitar o distanciamento delas em relação às massas? Como ajudá-las nas novas responsabilidades?

3.3. Estrutura participativa

Vimos como a nova conjuntura contribui para revelar melhor as atitudes de "poder" de bispos e padres dentro da igreja. Os leigos também não são isentos desse risco, sendo fácil copiar um desempenho mais autoritário.

Parece óbvia a necessidade de repensar continuamente o modelo de participação e de poder dentro da igreja. Defendendo uma sociedade mais igualitária, seria contraditório não tentar viver isso dentro da própria estrutura eclesial. Sem dúvida, muito foi feito e a caminhada está avançando nesta direção. Mas falta muito.

A proclamada autonomia dos leigos no campo político deve ser assumida na prática pelos dois lados: do lado dos leigos, assumindo suas responsabilidades políticas sem ficar na dependência e sem instrumentalizar as estruturas eclesiais; do lado dos padres e bispos, ficando mais "à margem", sem deixar de dar o apoio necessário.

Ao nível da comunidade eclesial enquanto tal - que também tem suas responsabilidades políticas - parece ser necessária uma maior participação dos leigos na definição e encaminhamento de tais responsabilidades. Para isso, seria desejável uma atitude diferente por parte da hierarquia. Ela sofre sempre a velha tentação de, aproveitando-se do lugar central que ocupa, tomar decisões sem a devida participação da comunidade: traça linhas e orientações políticas (ex: documento sobre a Constituinte), assume e encaminha posições frente ao poder público etc. A pouca presença de leigos na discussão e definição de tais linhas e posições significa que, nesse ponto, os setores populares e sua contribuição estão sendo deixados de lado.

3.4. Abertura política

Sobretudo neste assunto, é difícil poder individuar orientações mais concretas. Os caminhos do diversificados. Limito-me a apresentar algumas linhas (questionamentos) mais gerais.

É importante, em primeiro lugar, que a igreja continue mantendo o apoio ao movimento popular em suas diferentes expressões. Poderá rever seus meios e sua maneira de se relacionar com ele, mas deve sempre mostrar-se interessada pela organização popular na medida em que esse interesse significa uma solidariedade com os setores populares explorados. O apoio de seu poder, suas forças e seus meios materiais deve ser dado a iniciativas e grupos não porque "cristãos", mas porque defendem os interesses dos pobres.

O caminho sempre atual e necessário é aquele de comprometer-se diretamente com as lutas cotidianas e concretas do povo. Não é um desprezo às formas institucionalizadas da luta, e sim a garantia de uma fidelidade ao povo.

Parece necessário questionar e romper o esquema de polarização, que, como já referido, coloca de um lado partidos, movimentos e correntes políticas, e, do outro, a pastoral progressista. É um esquema perigoso porque oculta o pluralismo que existe na própria pastoral popular, contribuindo para esvaziar a comunidade eclesial. Torna mais difícil o caminho ecumênico e pode favorecer um certo tom "triumfalista" que já se percebe nas CEBs.

Referindo-se à perspectiva protestante, é com acerto que Zwinglio Mota Dias afirma: *o peso político, a força estrutural e o nível organizacional do Catolicismo continuam sendo obstáculos maiores para uma verdadeira comunicação*. Isso vale também para o âmbito político: por um lado o caminho da colaboração e da comunicação com as forças políticas torna-se difícil, quando os cristãos se apresentam como força política alternativa. Em particular, devem ser questionadas as relações preconceituosas com as esquerdas. A atitude ecumênica implica numa postura de crítica a todos os tipos e formas de dominação e manipulação - e não em juízos apriori sobre pessoas e grupos. Por outro lado - o mais importante - a constituição dos cristãos (enquanto cristãos) em

força política alternativa compromete aquela dialética a que já nos referimos, entre lógica da fé e lógica política: a lógica da fé leva os cristãos a se diluírem na luta política e, dentro dela, a se unirem a todos aqueles que buscam elucidar e construir os caminhos de uma sociedade fraterna.

Às vezes, a presença da igreja - assim como a presença dos partidos - introduz no movimento popular divisões nem sempre coerentes e úteis à caminhada do povo. A contribuição da pastoral deveria ser diferente, mais ecumênica, preocupada em ajudar a força do povo.

Por último, a polarização indicada não favorece a autonomia popular, que requer que os movimentos de igreja presentes nos vários setores de luta abdicuem de uma agenda política explicitamente sua, para sustentar o pluralismo construído democraticamente no campo popular.

Ao concluir essas breves reflexões - e apontando para a necessidade de acompanhar a nova complexidade da conjuntura política com uma pastoral mais diversificada e participativa - desejo dizer uma última palavra sobre a atuação pastoral no âmbito político. Para fortalecer os sinais de novidade aparecidos nos últimos anos, parece-me importante não dar muito peso aos canais políticos tradicionais, que podem elitizar e, com isso, esvaziar o crescimento do movimento popular. Sem desprezá-los, trata-se de guardar uma perspectiva mais ampla e, por isso, necessariamente mais lenta.